



INFORMATIVO

O TUIUTI



ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)

- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -

E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)

520 anos do Descobrimento do Brasil – 440 anos da União das Coroas Ibéricas – 270 anos do Tratado de Madri – 180 anos da Maioridade de Dom Pedro II – 150 anos do final da Guerra do Paraguai – 90 anos da Revolução de 1930 – 75 anos da vitória da FEB na Itália

ANO 2020

Junho

Nº 350

A CAMPANHA DO ACRE

Ricardo Caetano de Moraes¹

INTRODUÇÃO

A província do Acre, situada no interior da região amazônica, permaneceu praticamente inexplorada até meados do século XIX. O Brasil e a Bolívia assinaram em 1867 o Tratado de Ayacucho, no qual foi reconhecida a soberania boliviana sobre o Acre². Entretanto, por questões políticas e geográficas, a Bolívia não ocupou a região. Durante as décadas seguintes, milhares de brasileiros se instalaram no território, atraídos pelo lucrativo negócio da extração da borracha, que logo se tornou o segundo item mais exportado pelo país, perdendo apenas para o

A DISPUTA PELO ACRE

Em setembro de 1898, as autoridades bolivianas se instalaram em Mariscal Sucre (atual Xapuri) e abriram uma alfândega, mas pouco depois foram expulsas pelos serin-

café³. O valor do comércio da borracha renovou o interesse da Bolívia pelo Acre. Além disso, a perda do litoral boliviano para o Chile e o Peru na Guerra do Pacífico⁴ tornava o Acre atraente como alternativa de acesso marítimo, através da bacia amazônica. Após duas tentativas frustradas, a fronteira foi demarcada em 1898 seguindo os critérios do Tratado de Ayacucho, deixando muitos seringais brasileiros dentro de território boliviano. Estava preparado o cenário para a crise no Acre.

gueiros. No entanto, o governo brasileiro restaurou os direitos dos bolivianos na região⁵.

Em janeiro de 1899, o ministro José Paravicini tomou posse do Acre em nome da Bolívia, fundou a cidade de Puerto Alonso,

1 Engenheiro, analista de sistemas e professor. Especialista em História Militar pela Unisul. Contato: redmoraes@gmail.com.

2 VARGAS, Fábio A., **Formação das fronteiras latino-americanas**, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017, p. 215-218.

3 BANDEIRA, Luiz A. M., O Barão de Rothschild e a Questão do Acre, **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 43, n. 2, 2000, p. 152.

4 VARGAS, p. 240-253.

5 MOURA, Aureliano P. *et al.*, **História militar brasileira II: período republicano**, Palhoça, SC: UnisulVirtual, 2010, p. 138.

estabeleceu uma alfândega, começou a cobrar impostos dos seringalistas e abriu vários rios à navegação internacional, sem consultar o governo brasileiro⁶. Em 1º de maio de 1899, os seringueiros expulsaram os bolivianos. Pouco depois, o espanhol Luis Galvez Rodrigues de Arias denunciou um plano secreto boliviano para arrendar o Acre a uma empresa estrangeira. Revoltados, os seringueiros proclamaram a primeira independência do Acre, capital Porto Acre (ex-Puerto Alonso), sob a presidência de Luis Galvez⁷. A Bolívia enviou tropas para a região e ocorreram alguns confrontos entre outubro e dezembro de 1899. O governo brasileiro apoiou a Bolívia e enviou uma flotilha para Porto Acre em 15 de março de 1900 para reprimir o movimento. Não querendo enfrentar os brasileiros, Galvez se rendeu e abandonou o Acre⁸, que retornou ao controle boliviano.

Um grupo de jovens patriotas brasileiros, inconformados com a situação e apoiados pelo governo do Amazonas, organizou uma expedição militar para libertar o Acre, apelidada de “Expedição dos Poetas”. Em novembro de 1900, a expedição proclamou a segunda independência do Acre, sob a presidência de Rodrigo de Carvalho. Em 24 de dezembro de 1900, os expedicionários atacaram Puerto Alonso mas foram derrotados e forçados a retornar a Manaus⁹. A soberania boliviana sobre o Acre foi novamente restaurada.

Em 11 de julho de 1901, foi assinado o contrato de arrendamento do Acre entre o governo boliviano e o “Bolivian Syndicate”, empresa sediada nos Estados Unidos. O contrato permitia a exploração comercial do território pela empresa, bem como a cobrança de impostos, a manutenção de forças armadas e a livre navegação pelos rios da região, pagando 60% dos lucros para a Bolívia¹⁰. Indignados com a notícia, os acreanos planejaram nova revolta. Atribuindo a derrota anterior à falta de uma liderança militar

competente, Rodrigo de Carvalho convidou Plácido de Castro para comandar os rebeldes. Ele aceitou o comando, com a condição de ter autonomia absoluta durante a revolução¹¹.

Plácido de Castro era um veterano da Revolução Federalista, famoso pela sua coragem e ousadia. Cursava a Escola Militar de Porto Alegre quando estourou a Revolução, em setembro de 1893. Como não aderiu aos florianistas, foi considerado suspeito, preso e proibido de pegar em armas de fogo. Indignado com o tratamento recebido, fugiu e juntou-se aos revolucionários. Destacou-se por sua bravura nos combates de Várzea do Rio Negro, Caverá e Várzea do Vacacaí, tendo chegado ao posto de major. Ao terminar a Revolução, em 1895, Plácido de Castro recusou a anistia dada pelo governo e deu baixa do Exército. Pouco depois, partiu para o Amazonas como agrimensor, atraído pela chance de fazer fortuna rápida¹².

Sob a liderança de Plácido de Castro, os revoltosos se prepararam para a ação. Em 6 de agosto de 1902, os acreanos tomaram Xapuri de surpresa. Os bolivianos enviaram tropas regulares, que inicialmente derrotaram Plácido de Castro, mas logo sofreram vários revezes ao enfrentar operações de guerrilha na floresta. Os bolivianos reagiram armando seus caboclos e seringueiros, que avançaram em direção a Xapuri. Enquanto isso, Plácido de Castro sitiou Volta da Empresa (atual Rio Branco), cuja guarnição se rendeu em 14 de outubro¹³. Para conter a ameaça dos caboclos bolivianos, Plácido de Castro invadiu a Bolívia em novembro. Em 15 de janeiro de 1903, as tropas acreanas sitiaram Puerto Alonso. Após combates intensos, a guarnição boliviana se rendeu em 24 de janeiro, e a terceira independência do Acre foi proclamada em 27 de janeiro de 1903¹⁴.

Enquanto isso, o governo brasileiro mudara de atitude e passara a apoiar o movimento acreano, após a eleição do presidente Rodrigues

6 **Campanha do Acre**, Exército Brasileiro, disponível em: <http://www.eb.mil.br/o-exercito?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=1551431&_101_type=content&_101_urlTitle=campanha-do-acre&inheritRedirect=true>, acesso em: 22 dez. 2018.

7 MOURA *et al.*, p. 140.

8 **Campanha do Acre**.

9 DONATO, Hernani, **Dicionário das batalhas brasileiras: dos conflitos com indígenas aos choques da reforma agrária (1996)**, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército / Ibrasa, 2001, p. 245.

10 BANDEIRA, p. 153–154.

11 LIMA, Cláudio de Araujo. **Plácido de Castro: um caudilho contra o Imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952, p. 96–101.

12 *Ibid.*, p. 68–74.

13 **Campanha do Acre**.

14 DONATO, p. 423.

Alves e a nomeação de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, para ministro das Relações Exteriores. No final de 1902, foram iniciadas negociações com o “Bolivian Syndicate”, que terminaram com a desistência da empresa do contrato de arrendamento mediante indenização de 110 mil libras, pagas pelo governo em 26 de fevereiro de 1903¹⁵. Sem saber da vitória de Plácido de Castro, Rodrigues Alves ordenou em 5 de fevereiro de 1903 o deslocamento da divisão naval do Norte e de tropas comandadas pelos generais Olímpio da

TROPAS ENVOLVIDAS

Até 1900, os acreanos sempre tiveram contingentes muito pequenos. Por exemplo, a expulsão das autoridades bolivianas em 1º de maio de 1900 foi feita por uma coluna de 60 acreanos liderada por José de Carvalho¹⁸. Por sua vez, o exército boliviano enviou três colunas, totalizando 500 homens, comandadas por Andrés Muñoz, Lucio Velasco e Ismael Montes¹⁹.

A “Expedição dos Poetas” do final de 1900 era formada por cerca de 200 homens, comandada por Orlando Correia Lopes, além do vapor “Solimões” e da lancha boliviana “Alonso”, que foi capturada e renomeada “Rui Barbosa”²⁰.

As forças acreanas de Plácido de Castro em 1902-1903 eram formadas por aproximadamente 850 homens divididos em quatro batalhões, além de algumas dezenas de seringueiros que se juntaram posteriormente às operações²¹. Os bolivianos dispunham de cerca de mil homens guarnecendo Puerto Alonso, divididos em três batalhões²², 200 homens guarnecendo Volta da Empresa sob comando do coronel Rojas²³, e algumas centenas de indígenas e caboclos, que mais tarde foram armados e dirigidos contra os seringais brasileiros²⁴. A Bolívia também utilizou algumas embarcações de apoio, em especial a lancha “Iris”, que chegou a

Silveira e João Sampaio para o Acre, com o objetivo de proteger os interesses brasileiros¹⁶. Em 21 de março, foi assinado um *modus vivendi* entre Brasil e Bolívia interrompendo as hostilidades e o exército brasileiro assumiu o controle do Acre. Em 17 de novembro de 1903 foi assinado o Tratado de Petrópolis, que anexou o Acre ao Brasil, em troca de pequena concessão territorial em Mato Grosso, o pagamento de uma indenização de 2 milhões de libras e a promessa da construção da ferrovia Madeira-Mamoré¹⁷.

ser blindada e armada especialmente para atuar na guerra do Acre²⁵.

As forças brasileiras mobilizadas contra a Bolívia em fevereiro de 1903 consistiam em duas brigadas, comandadas pelos generais Olímpio da Silveira e João César de Sampaio, além de dois batalhões despachados para reforçar a fronteira em Mato Grosso e seis batalhões enviados para Manaus. Além disso, também foi enviada para a região a divisão naval do Norte, composta pelo encouraçado “Floriano”, o cruzador-torpedeiro “Tupi” e o caça-torpedeiro

15 PONTES, Carlos J. F., O “El-Dourado verde”: a Guerra do Acre, **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, v. 3, n. 1, 2016, p. 80.

16 BANDEIRA, p. 158–159.

17 *Ibid.*, p. 161.

18 PONTES, p. 77.

19 MEY, Carlos, **La Guerra del Acre o del Caucho**, Historia y Arqueologia Maritima, disponível em:

<<https://www.histarmar.com.ar/InfHistorica-7/ConflictosRibereniosSA-1-Acre.htm>>, acesso em: 23 dez. 2018.

20 **Campanha do Acre**.

21 *Ibid.*

22 DONATO, p. 423.

23 *Ibid.*, p. 567–568.

24 **Campanha do Acre**.

25 MEY.

“Gustavo Sampaio”, sob o comando do contra-almirante Alexandrino de Alencar²⁶.

ARMAMENTOS UTILIZADOS

A “Expedição dos Poetas” dispunha de armas leves fornecidas pelo governo do Amazonas, além de um canhão e uma metralhadora. Tanto o canhão quanto a metralhadora foram capturados pelos bolivianos, que os utilizaram contra as forças acreanas durante o sítio a Puerto Alonso.

As tropas de Plácido de Castro utilizavam rifles Winchester 44 e armas de caça dos

seringueiros. A dotação individual de munição era de 60 tiros²⁷.

O exército boliviano empregava fuzis Mauser, modelo argentino. A infantaria do exército brasileiro, até a “reforma Hermes” de 1908, utilizava fuzis Comblain 12, além de rifles Winchester²⁸.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Campanha do Acre, agravada pela disputa fronteiriça com o Peru na mesma época²⁹, despertou no governo brasileiro a necessidade de melhorias urgentes nas Forças Armadas, que não estavam preparadas para uma eventual guerra na região. Na Marinha, foram comprados novos navios de guerra e modernizadas as embarcações existentes, com ênfase na Flotilha do Amazonas³⁰. Posteriormente, foram realizadas extensas reformas na Marinha brasileira pelos almirantes Júlio de Noronha e Alexandrino de Alencar. No Exército, o impulso renovador levou à grande reforma promovida pelo marechal Hermes da Fonseca em 1908, que alterou a organização das tropas, modernizou seu armamento e aperfeiçoou o treinamento militar, entre outras melhorias³¹.

O Acre permaneceu pouco habitado, e foi utilizado pelos governos seguintes como local de desterro para presos políticos da Revolta da Vacina em 1904 e Revolta da Armada em 1910³². A extração da borracha continuou intensa até a década de 1910, quando a Grã-Bretanha passou a produzi-la nas suas colônias no Oriente, reduzindo a importância econômica da borracha brasileira³³.

Embora pouco importante, existe até hoje uma questão territorial pendente no Acre. A pequena ilha de Guajará-Mirim/Isla Suárez não tem sua situação jurídica definida em nenhum dos tratados de fronteiras entre Brasil e Bolívia, e os dois governos decidiram congelar a questão da posse da ilha na década de 1960³⁴.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Luiz A. M. O Barão de Rothschild e a Questão do Acre. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 43, n. 2, p. 150–169, 2000.

Campanha do Acre. Exército Brasileiro. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/o-exercito?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=1551431&_101_type=content&_101_urlTitle=campanha-do-acre&inheritRedirect=true>. Acesso em: 22 dez. 2018.

26 BANDEIRA, p. 158–159.

27 **Campanha do Acre.**

28 MOURA *et al.*, p. 38.

29 BANDEIRA, p. 161–164.

30 FARIAS, William G.; PEREIRA, Pablo N., A Marinha de Guerra na Amazônia: atuação e questões de modernização técnica (final do século XIX e início do XX), *Navigador*, v. 10, n. 20, 2014, p. 63–66.

31 MOURA *et al.*, p. 92–101.

32 SILVA, Francisco B., **Acre, a Sibéria tropical: desterrados para as regiões do Acre em 1904 e 1910**, Manaus: UEA Edições, 2013.

33 VARGAS, p. 234.

34 *Ibid.*, p. 135.

- DONATO, Hernani. **Dicionário das batalhas brasileiras: dos conflitos com indígenas aos choques da reforma agrária (1996)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército / Ibrasa, 2001.
- FARIAS, William G.; PEREIRA, Pablo N. A Marinha de Guerra na Amazônia: atuação e questões de modernização técnica (final do século XIX e início do XX). **Navigator**, v. 10, n. 20, p. 55–69, 2014.
- LIMA, Cláudio de Araujo. **Plácido de Castro: um caudilho contra o Imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.
- MEY, Carlos. **La Guerra del Acre o del Caucho**. Historia y Arqueología Marítima. Disponível em: <<https://www.histarmar.com.ar/InfHistorica-7/ConflictosRibereniosSA-1-Acre.htm>>. Acesso em: 23 dez. 2018.
- MOURA, Aureliano P. *et al.* **História militar brasileira II: período republicano**. Palhoça, SC: UnisulVirtual, 2010.
- PONTES, Carlos J. F. O “El-Dourado verde”: a Guerra do Acre. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, v. 3, n. 1, p. 71–85, 2016.
- SILVA, Francisco B. **Acre, a Sibéria tropical: desterros para as regiões do Acre em 1904 e 1910**. Manaus: UEA Edições, 2013.
- VARGAS, Fábio A. **Formação das fronteiras latino-americanas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.



O TENENTE QUE APERTOU A MÃO DE ADOLF HITLER

André Luís Woloszyn
Acadêmico da AHIMTB/RS
Analista de Assuntos Estratégicos
alwi.war@gmail.com

Pouco antes da deflagração da 2ª Guerra Mundial, um episódio de grande relevância para o Exército Brasileiro foi protagonizado pelo tenente, Roberto de Pessôa, instrutor de educação física, então com 26 anos de idade, considerado o primeiro paraquedista militar do país, tendo realizado o curso de formação junto a 101ª Divisão Aerotransportada dos EUA, a lendária Airborne, e pioneiro na criação da Escola de Paraquedistas do Exército, em 26 de dezembro de 1945.

Às vésperas das Olimpíadas de Berlim, no ano de 1936, face à sua fluência nos idiomas alemão e inglês, foi enviado pelo Presidente Getúlio Vargas, por solicitação do Ministro da Guerra, Gen Eurico Gaspar Dutra, para a Alemanha com a missão de estudar os segredos da metodologia aplicada nas escolas de educação física daquele país, que segundo a propaganda da época, tornava os atletas e militares alemães mais resistentes a fadiga e com maior rigor físico, considerados imbatíveis.

A fluência no idioma, somada a facilidade de construir fortes relações interpessoais, deu-lhe condições de estabelecer uma ampla rede de contatos com altas autoridades nazistas, atletas, militares, em especial, com a Juventude hitlerista e a Gestapo, ganhando a confiança destes que acarretou em livre trânsito por diferentes instalações.

Junto a delegação de atletas brasileiros, desfilou no Estádio Olímpico de Berlim na cerimônia de abertura do evento e ao longo das competições, após obter uma credencial de jornalista, ganhou acesso a tribuna de honra do estádio onde se encontrava o chanceler Adolf Hitler que o cumprimentou cordialmente, apertando-lhe a mão. Hitler apresentou-lhe ao Ministro dos Desportos do III Reich, General Von Jorner, registrado na foto abaixo, a esquerda ao lado do tenente Pessôa.



Olimpíadas de Berlim 1936 - Fonte: Arquivo pessoal Gen Div Roberto de Pessoa

Esta particularidade de sua visita a Alemanha, acarretou grandes implicações uma vez que lhe permitiu visitar centros desportivos como a Academia de Desportos do III Reich, até então, exclusiva, aos militares e a juventude hitlerista. Seu trânsito por diversas instalações possibilitou acesso a um cardápio variado de informações sensíveis, principalmente de natureza militar, desconhecidas pelos militares dos demais países. Em decorrência destes contatos, ainda em 1936, tomou conhecimento de uma informação classificada como secreta, acerca da preparação e treinamento de uma nova força de combate, considerada arma estratégica e que seria amplamente utilizada em diversas campanhas militares no futuro, em especial, nas invasões à Dinamarca, Noruega, Bélgica, Holanda e Creta.

Estava testemunhando, de forma involuntária, a criação da primeira tropa paraquedista militar da história e seus primeiros treinamentos e táticas.

O Tenente Pessoa, por iniciativa própria, chegou a solicitar permissão das autoridades militares alemãs para frequentar o curso, sendo-lhe negada por ser um segredo militar que não iriam compartilhar face aos objetivos futuros de uma guerra. Contudo, o Marechal Hermann Göring, Comandante da Luftwaffe, ofereceu-lhe a possibilidade de frequentar o Curso de Piloto de Planadores daquela força, realizado nas mesmas instalações em que era preparada a nova força de combate, na ilha de Sylt, no Mar do Norte, uma área desabitada e desconhecida.

Esta condição, deu ao militar brasileiro a oportunidade de acesso irrestrito à área de treinamento dos paraquedistas e, conseqüentemente, a observação e registro fotográfico de tudo que ali se passava, incluindo o treinamento tático e a preparação física dos pilotos de planadores que, posteriormente, seriam os pilotos da aviação de caça alemã.

Na fase mais crítica da guerra, em 1944, já no Brasil e no posto de Capitão, foi voluntário para mais uma missão relevante, enviado aos EUA com a finalidade de frequentar o Curso de Paraquedista Militar na Airborne, criada em 15 de agosto de 1942, com a denominação de “Águias Gritantes”, em Fort Bening, na Geórgia, constituindo-se na segunda força de paraquedistas da história.

Pelos avançados conhecimentos e táticas que obteve na observação do inimigo, somado aos registros fotográficos detalhados que possuía, em especial, do treinamento da força paraquedista, passou a assessorar estrategicamente aquele Comando quando da Operação Overlord que culminou com a invasão da Normandia, no dia 06 de junho de 1944, episódio conhecido da história militar como o Dia D, além da Operação Market Garden, de libertação da Holanda.

Vale lembrar, que em ambas as operações, foram utilizados centenas de planadores transportando

tropas de paraquedistas.

Além de importar da Alemanha para o Brasil a metodologia de ensino para a prática de Desportos e da Educação física, que seria aplicada nas escolas públicas e no Exército, o General de Divisão Roberto de Pessôa, contribuiu para o êxito dos aliados em ambas as operações, neste esforço decisivo da guerra contra os países do Eixo e em defesa da democracia.

Fonte: Rede Globo. Programa Globo Esporte. Entrevista do General Roberto de Pessôa para o jornalista Régis Rösing. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=42sbm1VG7i4>. Acesso em: 20.05.2020.



A descoberta oficial do Rio da Prata

Juvêncio Saldanha Lemos, Cel

A descoberta do Rio da Prata, acidente geográfico que é o centro do nosso trabalho, merece uma recordação especial.

Vamos lá!

Juan Díaz era um experimentado homem do mar, com excelentes e reconhecidos serviços prestados à coroa portuguesa. Por esses azares da vida, apaixonou-se por uma jovem lisboeta, com a qual casou. E matou-a a punhaladas, pouco tempo depois, sob o manjado argumento de que lavava a sua honra com sangue. Enquanto o processo tramitava, e cansado de esperar que o governo lusitano lhe pagasse os avultados e já atrasadíssimos salários a que tinha direito por força de contratos legais, alistou particularmente um bando de flibusteiros, armou uma pequena embarcação, fez-se ao mar e abordou o primeiro mercante português que encontrou. Era um navio que vinha da Guiné, com regular carregamento de ouro. Juan Díaz cobrou-se bem mais do que lhe deviam, distribuiu o restante pela tripulação e fugiu para a Espanha.

Portugal pediu a sua extradição por homicídio e pirataria. Mas Juan Díaz, por seus conhecimentos náuticos, era valioso demais para que os espanhóis o enviassem à forca portuguesa. Para facilitar as coisas e reforçar a cidadania espanhola, o homem acrescentou o sobrenome Solís ao nome, em homenagem a um vilarejo espanhol onde dizia ter nascido.

Por Cédula Real de 22 de maio de 1508, dirigida à *Casa de Contratación*, o rei espanhol don Fernando já informava que "[...] *mi merced y voluntad es tomar e recibir por nuestro piloto a Juan Díaz de Solís [...]*"; ao qual contratava para o comando de uma viagem de descobrimentos às índias Ocidentais.

Com muito orgulho, Solís tratou de organizar essa expedição. Teve que enfrentar as intrigas dos cortesãos invejosos, suportar com paciência a manifesta má vontade da poderosa *Casa de Contratación* e esquivar-se com astúcia das espionagens e do cerrado policiamento diplomático promovidos pelo ativo embaixador português na corte madrilenha, dom João Mendes de Vasconcelos que, na extrema tentativa de aliciá-lo ao retorno para o real serviço português, ofereceu-lhe a total anistia de seus débitos para com a justiça lusa.

Solís venceu esses obstáculos com o entusiasmo pessoal e com a explícita proteção do rei. Começou a armar três barcos e a recrutar gente para tripulá-los. Um total de 60 homens. Três desses recrutados devem ser aqui nominados. O primeiro, o despenseiro Martin Garcia, que deu nome à ilha que é a chave entrada para a bacia do Rio da Prata. O outro, o piloto Diego Garcia, que deu nome a uma estratégica ilha no Oceano Índico, hoje base militar dos Estados Unidos da América. Pouco antes de ser rerutado por Solís, Diego Garcia havia acrescentado "de Moguer" ao sobrenome. Moguer era o nome do lugarejo espanhol onde afirmava haver nascido. Com esse acréscimo nominal, Diego Garcia de Moguer pretendia caracterizar-se definitivamente como cidadão espanhol e não português, como até então era conhecido. O terceiro, um pobre menino que vivia no porto de Lepe. Mais que pobre, miserável. Absolutamente miserável. Não tinha nem pai, nem mãe, nem família, nem sobrenome. Fora abandonado recém-nascido e adotado pelos mendigos. Criara-se esfarrapado, descalço e faminto naquele meio de extrema pobreza e indizível promiscuidade, sobre-

vivendo de esmolas e biscates. Mas era esperto, tinha saúde, nadava como um peixe e sonhava com aventuras. Eram sonhos alimentados pelos marinheiros que retornavam das aventurosas viagens e que, nas ruas do cais, empolgavam a todos com as suas fantásticas histórias de monstros marinhos e imensas riquezas jacentes em terras distantes, à espera de quem as fossem buscar.

Francisco, esse o (único) nome do menino, instintivamente percebeu que a exdição de Solís era a oportunidade da sua vida. Incomodou até ser admitido grumete, na última hora. E como para alistá-lo oficialmente em um empreendimento da coroa exigia-se o nome completo, foi preciso inventar-lhe um. E surgiu ao natural, tomando como referência o local onde o jovem havia sido encontrado: o porto. Nasceu assim Francisco del Puerto. Guardem esse nome.

A expedição de Juan Díaz de Solís começou mal. Para seu desespero, a *Casa de Contratación* determinou o carregamento de uma das embarcações estando esta ainda em terra. Um absurdo que tangia à sabotagem. Resultado: ao ser lançado ao mar, devido à má distribuição dos pesos, a barca adernou e foi a pique. Não houve perdas humanas, mas toda a preciosa carga de mantimentos a bordo se foi.

Solís ficou indignado, mas não se animou a encarar a *Casa de Contratación*. Saiu à cata de outra barca e conseguiu uma a bom preço, portuguesa. As ultimações foram intensificadas e, no dia 13 de outubro sua flotilha, fez-se ao mar. Cumpriu escala técnica obrigatória nas Ilhas Canárias e tomou desafiadoramente o rumo sudoeste.

A travessia do oceano foi tranquila, uma agradável surpresa para todos. Na Baía da Guanabara, houve outra parada técnica, essa mais demorada, para o provisionamento de água e alimentos. Houve contato com índios pacíficos; mas de brancos, nem sinal.

Prosseguiu a flotilha de Solís na desconhecida direção sul - nascente a bombordo, poente a boreste - costeando sem problemas o litoral brasileiro. A noite do Natal de 16516 foi passada à vista da atual cidade de Parati. Os acidentes geográficos observados eram levados para os mapas, onde recebiam batismo com nomes espanhóis, mas que foram posteriormente trocados, adaptados ou traduzidos para o idioma português. Foi Solís quem deu nome à atual cidade de Torres no Rio Grande do Sul (San Domingo de las Torres), certamente em razão dos enormes penhascos que adornam a sua praia. Igualmente, Chuy e Los Castillos.

A viagem até então era uma beleza, sem transtornos, "[...] *visiblemente bendecida por Diós* [...]", como repetia o capelão a bordo, frei Buenaventura.

No dia 20 de fevereiro de 1516, cento e trinta e cinco dias após terem saído de Lepe, a tripulação das três embarcações vislumbrou, extasiada, a foz do Rio da Prata. Um mar de água doce. Solís ordenou que se lançassem âncoras no porto natural balizado por dois cabos - a "*punta dei Este*" e a "*punta de las Ballenas*" - e batizou o local de "*Nuestra Senora de la Candelaria*", atual cidade de Maldonado.

Juan Díaz de Solís cumpriu à risca o ritual da tomada de posse dessas terras recém-descobertas pela coroa espanhola. Desembarcou à frente de uma guarnição armada e vestida da melhor maneira possível, com couraças no peito e elmos na cabeça. Em terra, derrubou a feição uma pequena árvore e ordenou se cavoucassem dois buracos no solo: um para a cruz e o outro para a força, os símbolos maiores da autoridade que representava. Em seguida, com o estandarte de Castela na mão esquerda e a espada desembainhada na mão direita, gritou por três vezes: "*Esta tierra por el Rey de España!*"

Os dois pequenos canhões da esquadilha salvaram, comemorando ruidosamente mais essa conquista territorial da coroa espanhola. Em continuação, sentado no tronco da árvore recém-abatida, Solís teve que exercer uma das mais importantes responsabilidades inerentes à sua condição de maior autoridade real na área: administrar a justiça. A demanda: um desacordo entre dois marinheiros por causa de uma navalha. Ouvidas as partes, Solís falou: "*Devuelva Pêro Nunes la navalla* [...]". Ao fim da cerimoniosa sentença, pela primeira vez na região platina foi pronunciada a respeitada frase: "*Y esta es la justicia del Rey!*"

Esse mesmo tronco de árvore onde estivera sentado Solís foi aproveitado pelo real escrivão dom Pedro Alarcón para lavrar a ata de posse da terra e "[...] *todo su partido y provincia* [...]" em nome do rei don Fernando, "El Católico". Depois de Solís, todos os presentes a assinaram, como testemunhas. Verdade que a maioria, inclusive o piloto Diego Garcia de Moguer, grafou apenas um "X", ao lado do qual o zeloso escrivão registrou o nome do respectivo analfabeto. Findo o cerimonial, Solís ordenou ração dupla de vinho para todos e fizeram-se as primeiras incursões pelos arredores. Do alto de uma colina, os espanhóis puderam apreciar melhor o maravilhoso mundo que haviam descoberto: à esquerda, o mar verde e salgado; à direita, um outro mar, pardo e doce. Um mar doce! "*Pêro no es mar, sino rio, un rio que por*

su anchura que nada interrumpe, es el más portentoso que hasta aquí hayan visto ojos humanos". De volta a bordo, os espanhóis alçaram âncora e remontaram o rio por sua margem esquerda até a foz do hoje chamado rio Santa Lúcia, ao qual denominaram "*rio de los Patos*", por motivo óbvio. Foram observados os primeiros índios, sempre ao longe, inamistosos.

O local era seguro e ali a esquadilha permaneceu por um mês, em trabalhos de reparação dos barcos e provisionamento de caça e pesca, uma vez que a carne trazida da Europa, acondicionada em barris, havia apodrecido totalmente. Haviam sido preparadas para durar dois anos e estragaram-se em poucos meses. Culpa dos fornecedores habilitados pela *Casa de Contratación*, segundo o despenseiro Martin Garcia.

Aliás, Martin mal podia falar de tão fraco. Muito doente, talvez até por causa dessa maldita carne, caíra de cama ainda antes da entrada no Rio da Prata e não mais levantara. Por isso, continuou no leito, a bordo da "La Latina", com a qual Solís resolveu navegar rio acima, em temerário reconhecimento, deixando as outras duas embarcações na segurança do "*rio de los Patos*".

Como o estado do despenseiro piorasse, o capelão Buenaventura foi convocado a atendê-lo e aplicou-lhe os medicamentos que a prática lhe ensinara: sangria, alhos moídos e cozidos ao vinho e muito agasalho para suar. O paciente piorou ainda mais. Lamentando não dispor de grilos ou cigarras para moê-los e cozê-los ao vinho - um santo remédio! - o dedicado religioso tentou uma poção alternativa, na base de caldo de azeitonas misturado com azeite, servido bem quente. Martin Garcia vomitou tudo, a febre aumentou e o pobre homem, na última força, implorou o sacramento da confissão - nisso o frei Buenaventura era bom - entrou em coma e faleceu em seguida.

Solís ficou inconformado com o passamento do seu despenseiro. Perorou à tripulação da "La Latina", realçando que Martin Garcia era "[...] *leal vasallo y servidor de Su Alteza. Y para honrar su memoria, en la primera tierra que toquemos há de darsele cristiana sepultura, y esa tierra llevará de hoy en más su nombre*".

Enquanto isso, a "La Latina" dobrava a ponta de Santa Bárbara, bem onde hoje está a Colônia do Sacramento e continuava navegando sempre com a costa à vista. Sinais de presença indígena foram observados nas margens. Pouco adiante Solís ordenou que se fundeasse no meio do rio, por razões de segurança.

Nas conversas da noite, Solís declarou que pretendia dar ao grande rio recém-descoberto o nome de "Rio de Santa Maria". O feitor don Francisco Marquina ponderou que melhor seria o nome de "Mar Dulce de Solís". Com modéstia, Solís repeliu a proposta, ficando, pois, o assunto em suspenso.

No dia seguinte, o corpo de Martin Garcia foi levado para uma ilha, onde foi enterrado com honras. A primeira tumba de europeus na área platina, na ilha cujo nome não mais seria alterado.

De volta à "La Latina", Solís navegou mais um pouco rio acima. Foram então notados índios na margem. Depositavam gêneros em terra, assinalando-os como se fossem oferendas e sumiam de vista. Solís decidiu desembarcar com apenas sete homens: o escrivão Alarcón, o feitor Marquina, quatro remadores e o grumete Francisco. Ao tocar em terra, o bote foi amarrado a uma pedra, nele permanecendo o grumete. Solís, confiante e despreocupado à frente dos outros, seguiu na direção dos bosques por onde os índios haviam sumido, balançando os braços em sinal de paz.

Então, daqueles bosques brotou uma desordenada e enfurecida horda, que aos berros caiu de surpresa sobre os apavorados espanhóis, que foram todos trucidados, sem oportunidade nem de sacar as suas armas. Coisa muito rápida. Concomitantemente, um grupo de fêmeas atacou o grumete Francisco, que se defendeu aos pontapés, socos e mordidas, mas foi também rapidamente dominado e levado vivo para as matas, o seu barquinho incendiado.

A bordo, os tripulantes da "La Latina", petrificados pelo horror, testemunharam isso tudo. Superado o estupor, fizeram um inútil fogo de mosquetes contra a indiada. E tiveram que ver, impotentes, os cadáveres de Solís e seus seis companheiros serem saqueados em meio a infernal gritaria. E pior: após saqueados, os cadáveres foram levados para as matas. E em seguida, a fumaça de fogueiras...

O piloto da "La Latina", Rodrigo Álvares, assumiu o comando e determinou o imediato retorno rio abaixo, a juntar-se com as outras duas embarcações, no "rio de los Patos". Lá, após o horroroso relato, assumiu o comando da expedição don Francisco de Torres, cuja primeira providência foi instalar um Conselho de Guerra para julgar o piloto Rodrigo Álvares! O piloto Rodrigo estava tão nervoso que não dizia coisa com coisa. Na realidade, estava todo o mundo apavorado com a tragédia. Além disso, era sabido que don Juan Díaz de Solís era um excelente marinheiro, mas um soldado medíocre, isto é, não dominava as manhas dos combates em terra

firme. Assim, o tal Conselho de Guerra foi rapidamente encerrado, sem indiciados pela fatalidade.

Uma proposição para o revide militar foi descartada, ficando livre don Francisco de Torres para ordenar o mais rápido regresso à Europa.

A esquadilha saiu do Rio da Prata nos primeiros dias de março de 1516. Provisionou-se de lobos marinhos - "*carne azeitosa e fedendo a pescado*" - na ilha dos Lobos e prosseguiu viagem.

Na costa de Santa Catarina, outro desastre: uma das embarcações naufragou. A tripulação conseguiu alcançar as margens, mas perdeu contato com o resto da esquadilha, ficando abandonada na ilha. Mais acima, as outras duas embarcações aportaram na costa brasileira e fizeram um carregamento de pau-brasil, para diminuir o prejuízo financeiro da expedição. E, finalmente, tomaram o definitivo destino de volta para a Europa.

Durou dois meses essa viagem de volta, pois lançaram âncora em porto espanhol no dia três de setembro de

1516. Os seus tripulantes estavam mais pobres do que quando haviam partido. Que homens!

No rio da Prata, haviam ficado mortos don Juan Díaz de Solís, o comandante; don Francisco Marquina, o feitor; don Pedro Alarcón, o escrivão; Martin Garcia, o despenseiro e quatro marinheiros.

Cativo dos Querandies, ficara o menino grumete Francisco del Puerto. Há lendário registro de que foi adotado pelos silvícolas, adaptou-se ao meio e ao grupo, fez filhos nas índias... Interessante isso: coube a um coitado, que nem nome tinha, a honra de ter sido o primeiro introdutor do sangue espanhol nas veias da história platina.

Há notícia de que no ano 1521, o português Cristóvão Jacques comunicou-se com Francisco; e que no ano 1527, Sebastião Caboto dele recebeu valiosas informações sobre a navegação no Rio da Prata.

Fonte: LEMOS, Juvêncio Saldanha. A Saga no Prata. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida. Porto Alegre: 2009, p. 29/34.



Sobre o Duque de Caxias, conforme as "Memórias" do Visconde de Taunay, em época de contestações aos líderes do passado e sempre em defesa do nosso Patrono do Exército Brasileiro:

"...Sei de fato positivo, que muito honra a memória de Caxias. Comprara uma fazenda em 1850, ou antes, não me lembro em que parte da província do Rio de Janeiro, talvez Porto das Caixas ou Cantagalo e, ao tomar conta da propriedade adquirida, achou mais sessenta escravos além do número ajustado. Deu, sem demora, parte ao vendedor, que lhe respondeu com a maior naturalidade: "São escravos da nação; continue a desfrutar-lhe os serviços". Caxias reuniu incontinenti os pobres negros e sem a menor hesitação lhes deu liberdade incondicional. E semelhante resolução naquela época, em pleno florescimento da escravidão e dos mais terríveis abusos da espécie, tem a mais alta eloquência e significação". (pág. 398/399).

Fonte: TAUNAY, Alfredo D'Escragolle, Visconde de. Memórias. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1960.



Editor:

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Presidente da AHIMTB/RS (lecaminha@gmail.com)

Sites: www.ahimtb.org.br e www.acadhistoria.com.br

Site do Núcleo de Estudos Estratégicos/CMS: www.nec.cms.eb.mil.br

Site do Núcleo Militar de Gramado: www.nucleo.com

Blog da Delegacia da FAHIMTB/RS em Recife, PE – Delegacia Heróis de Guararapes:

<http://historia-patriota.blogspot.com/>